

Anais do I Encontro EPIC

Extensão, Pesquisa,
Internacionalização
e Iniciação científica



2020



Estácio Carapicuíba
e Estácio Cotia

RESUMOS

I Encontro de Extensão, Pesquisa, Internacionalização e Iniciação Científica – I ENCONTRO EPIC

Data do Encontro: 23 DE JUNHO DE 2020.

Local: Plataforma virtual – Microsoft TEAMS

Edição on-line

DATA DE PUBLICAÇÃO – 14/03/2021

Aviso

Todos os autores são responsáveis pelas opiniões emitidas e pelo conteúdo de seus resumos.

A REDE adota a licença Creative Commons e a política de acesso aberto, portanto, os textos ficarão disponíveis para que qualquer pessoa leia, baixe, copie, imprima, compartilhe, reutilize e distribua, com a devida citação da fonte e autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.



APRESENTAÇÃO

Os Departamentos de Pesquisa das Faculdades Estácio de Carapicuíba e Estácio Cotia promoveram no dia 23 de junho de 2020 o **I Encontro de Extensão, Pesquisa, Internacionalização e Iniciação Científica da Estácio - Cotia e Carapicuíba (I EPIC)**, com o objetivo de estimular a pesquisa nas unidades e, também, ampliar a visibilidade e disseminação das informações geradas por projetos de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão. O simpósio foi gratuito e aberto à participação de todo e qualquer interessado.

A programação do evento contou com a apresentação de trabalhos na modalidade oral que, em função da pandemia de COVID-19, se deu nos canais de ensino remoto disponibilizados pelas faculdades. A primeira parte das atividades ocorreu em uma sala principal, com as apresentações posteriores sendo distribuídas em salas temáticas.

PROGRAMAÇÃO

19:15h - Abertura

19:30h - Apresentação dos projetos de Pesquisa e Produtividade

“QUALIDADE DE VIDA E DESEMPENHO ACADÊMICO” – Profa. Alessandra Majer

“POTENCIAL USO DA SUPLEMENTAÇÃO DE LEUCINA ASSOCIADO AO EXERCÍCIO FÍSICO NO CONTROLE DE APETITE” - Prof. Elias França

“HIPERTROFIA MUSCULAR E EXERCÍCIO FÍSICO” – Prof. Fernando Santa Rosa

21:00 - Apresentação dos projetos de Iniciação Científica

SALA 1 - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE

SALA 2 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I

SALA 3 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS II

SALA 4 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E ENGENHARIA



COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Alessandra Pereira Majer	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Ana Carolina Lima Ralph	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Dr. Antonio Sabino da Silva Filho	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Dr. Carlos Eduardo da Silva Fontoura	Engenharias
Profa. Ma. Débora Queiroz Oliveira Feres Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Profa. Ma. Edna Aparecida Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Me. Elias de França	Ciências Biológicas e Saúde
Profa. Dra. Julyenne Meneghetti Campos Bampa	Engenharias
Profa. Dra. Ludmila Nakamura Rapado	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Me. Luiz Faustino dos Santos Maia	Ciências Biológicas e Saúde
Prof. Me. Marcus Vinicius Massa Fernandes	Engenharias
Prof. Me. Ricardo Feres Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Me. Vladimir Lucki Junior	Ciências Humanas

GESTORES DAS UNIDADES

Profa. Me. Márcia Breguês Dias	Diretora da Estácio Carapicuíba
Prof. Esp. Leandro Meireles	Coordenador Geral Acadêmico da Estácio Carapicuíba
Profa. Esp. Fabiana Borges de Moura Lima	Diretora da Estácio Cotia
Prof. Me. André Tonin Ferrari	Diretor Acadêmico da Estácio de Cotia
Profa. Ingrid Bonfim	Supervisora Acadêmica da Estácio de Cotia
Profa. Dra. Alessandra Pereira Majer	Coordenadora de Pesquisa e Extensão (unidades Carapicuíba e Cotia) e Organizadora dos Anais

RESUMOS DE ACORDO COM OS EIXOS TEMÁTICOS

Ciências Biológicas e Saúde

- DROGAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NA FORMA DE COMPRIMIDOS: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA PRESENCIAL **1**
Rosa M. Oliveira, Alessandra P. Majer
- DESCARTE DE MEDICAMENTOS: IMPACTOS NEGATIVOS E SENSIBILIZAÇÃO **2**
Nathália O. J. Prestes, Alessandra P. Majer
- QUALIDADE DE VIDA E DESEMPENHO ACADÊMICO **3**
Alessandra P. Majer
- IMPACTO DA PRIVAÇÃO DO SONO NA QUALIDADE DE VIDA **5**
Cassiane R. Pedroso, Alessandra P. Majer
- RELAÇÃO DO PERFIL MOTIVACIONAL E MARCADORES DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES DE INDIVÍDUOS COM SOBREPESO E OBESIDADE FRENTE AO SPRINT INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE **7**
Leonardo Almeida, Samuel G. dos Santos, Elias de França, Érico C. Caperuto
- INDIVÍDUOS JOVENS PRÉ HIPERTENSOS APRESENTAM DISFUNÇÃO AUTONÔMICA PRECOCE **9**
Daiana C. Vicente, Fernando A. Santa-Rosa

Ciências Humanas

- RECUPERAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO ENSINO HÍBRIDO: UM ESTUDO DE CASO **10**
Carlos Alberto da Silva Jr

Ciências Sociais Aplicadas

- O DIREITO CONTRATUAL NO BRASIL E ORIGEM DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS E COMUTATIVOS E A POSSIBILIDADE DE INADIMPLEMENTO DOS CONTRATOS INTELIGENTES **12**
Gabrielly Piscinato, Débora Q. O. F. Ribeiro
- OS NOVOS PACTOS CONTRATUAIS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: INÍCIO DOS CONTRATOS VIRTUAIS “SMART CONTRACT” NO BRASIL **14**
Samuel B. de Lemos; Débora Q. O. F. Ribeiro
- SMART CONTRACT: A INOVAÇÃO CONTRATUAL QUE NECESSITA DE REGULAMENTAÇÃO **16**
Kaique M. C. de Lima, Débora Q. O. F. Ribeiro
- SMART CONTRACTS, BLOCKCHAIN: A INALTERABILIDADE DOS CONTRATOS INTELIGENTES E A RESPONSABILIDADE PELA PROTEÇÃO DE DADOS **18**
Sthefanie D. S. Lucas; Débora Q. O. F. Ribeiro
- ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 1ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA **20**

Ildemeres M. A. Vieira, Hingreed M. D. S. Lopes; Rafael A. de Souza; Ricardo F. Ribeiro; Tatiana S. Almeida	
ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 2ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA	22
Rafael A. Souza, Hingreed M. D. S. Lopes; Ildemeres M. A. Vieira; Ricardo F. Ribeiro; Tatiana S. de Almeida	
ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 3ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA	23
Tatiana S. de Almeida, Hingreed M. D. S. Lopes; Ildemeres M. A. Vieira; Rafael A. de Souza; Ricardo F. Ribeiro	
ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 4ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA	24
Hingreed M. D. S. Lopes, Ildemeres M. A. Vieira; Rafael A. de Souza; Ricardo F. Ribeiro; Tatiana S. de Almeida	
HOSTILIDADE NA PRODUÇÃO DE DESIGN E DO ESPAÇO	25
Elisabete B. Castanheira, Gabriel S. Clementino, Nicoli C. Yope	

Engenharias

INTELIGÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO URBANA: INDÚSTRIAS INTELIGENTES	26
Robert F. Pinheiro, Alessandra P. Majer	
ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE EMPRESAS DA REGIÃO OESTE DE SÃO PAULO PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	28
Sidnei S. Salgado Junior, Marcus V. M. Fernandes	

DROGAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NA FORMA DE COMPRIMIDOS: RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO POR CAMPANHA PRESENCIAL

Oliveira, R. M.¹; Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

As drogas lícitas e de livres comercialização, como por exemplos os medicamentos em forma de comprimidos, são cada vez mais observados nas “farmácias caseiras”, apesar do consumo de medicamentos exigir uma série de cuidados. Um dos riscos associados a essa prática se deve ao consumo sem prescrição médica poder mascarar sérios problemas que seriam detectáveis por um profissional da saúde por meio da avaliação dos sintomas e exames. Assim, a prática da automedicação acarreta riscos, tanto em decorrência direta do consumo dos fármacos, como em função de seu armazenamento incorreto e descarte inadequado. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar indiretamente os riscos associados a esse tipo de prática, por meio do monitoramento do Ecoponto para descarte de resíduos medicamentosos disponibilizado nas Faculdades Estácio de Cotia / Estácio European, visando também sensibilizar essa população em relação aos cuidados exigidos no consumo e descarte de medicamentos controlados lícitos. Para isso, mensalmente foi realizado o monitoramento e a classificação dos medicamentos descartados no Ecoponto local, assim como elaborada uma campanha de comunicação presencial, com o intuito de conscientizar e sensibilizar alunos, professores e colaboradores das faculdades citadas. Nesta, esses foram alertados quanto aos riscos do uso inadequado dos medicamentos principalmente os comprimidos, por meio de apresentações e explicações teóricas e práticas, associadas a disponibilização do reservatório para o descarte de medicamentos. Já quanto ao monitoramento dos resíduos, entre agosto e dezembro de 2019 foram descartados 5.676 de medicamentos em forma de comprimidos, tanto de livre comercialização quanto de uso controlado, sendo eles separados e contabilizados de acordo com sua classe terapêutica. Quanto a esse parâmetro foram observados: antimicrobianos (48,29%), analgésicos (3,75%), antiarrítmico (3,36%), anti-hipertensivo (12,91%), antidepressivo (3,99%), anti-inflamatório (1,95%) e antagonista da angina II puros (3,14%). Em quantidade menor também foram descartados: ansiolítico, antidiarreico, antivirais, relaxante muscular, vitaminas, vasodilatador, dentre outros. De acordo com os dados obtidos, o descarte correto de medicamentos no Ecoponto disponibilizado está sendo localmente relevante, pois alunos e colaboradores da instituição o estão utilizando, contribuindo assim com a minimização dos efeitos negativos decorrentes do descarte inadequado. É cada vez mais necessária uma melhor fundamentação teórica para que a população alcance uma prática socioeducativa. Com esse trabalho foram obtidos resultados positivos, não apenas para a população como também para o meio ambiente, pois tanto o descarte inadequado de medicamentos como a automedicação representam riscos à saúde do indivíduo, cabendo aos profissionais da saúde e acadêmicos contribuírem com a conscientização sobre esses aspectos.

Palavras-Chave: Consumo de medicamentos; Drogas de livre comercialização; Automedicação; Descarte correto.

DESCARTE DE MEDICAMENTOS: IMPACTOS NEGATIVOS E SENSIBILIZAÇÃO

Prestes, N. O. J.¹; Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

Os medicamentos são considerados produtos essenciais que possuem a finalidade de diagnosticar, prevenir e curar. Incluem diferentes formas farmacêuticas, que passaram por transformações e evoluções ao longo dos anos, que potencializaram seus benefícios, apesar de ainda serem acompanhados de riscos à saúde em certas situações. Esse fato é potencializado se o armazenamento for inadequado, o que pode comprometer a eficácia da formulação. Também, é fundamental o descarte adequado dos medicamentos após o consumo ou vencimento, evitando assim consequências negativas e contaminação ambiental, em decorrência da presença de fármacos na água e solo. Com o intuito de contribuir positivamente neste cenário, esse projeto tem como foco a sensibilização e conscientização sobre as opções adequadas para o descarte de medicamentos. Para isso, o projeto vem levantando dados na literatura científica a respeito dos efeitos nocivos associados a presença de fármacos no ambiente, informações utilizadas na elaboração de conteúdos informativos e reflexivos, divulgados nas redes sociais Facebook e Instagram. Também, vem sendo realizado um monitoramento do Ecoponto disponibilizado na faculdade para o descarte de medicamentos vencidos e sobras, associado a identificação dos impactos nocivos associados a essa prática. Para isso, o levantamento bibliográfico vem sendo realizado em bases de dados científicos. O monitoramento do ecoponto local demonstrou que o ecoponto implantado na instituição é utilizado pela população local, com cada vez mais pessoas descartando fármacos, na maioria vencidos (81,5%). Desconsiderando comprimidos, a maior representatividade foi observada para a apresentação líquida, com os descongestionantes nasais tendo sido a classe terapêutica mais descartada. Dentre os efeitos nocivos elencados, além da associação entre a presença de antibióticos no ambiente e o desenvolvimento da multirresistência bacteriana, o que mais se destaca são os efeitos da exposição a dipirona, que além de acarretar toxicidade aos organismos, podem causar danos aos rins, fígados e DNA em nível ultraestrutural de peixes. Essas informações foram incluídas em formato de posts e disponibilizadas nas redes sociais, visando aumentar a visibilidade sobre este tipo de descoberta. É essencial reforçar que uma conduta correta frente ao resíduo medicamentoso é essencial na minimização e prevenção de diversos efeitos ambientais negativos, especialmente nos ecossistemas aquáticos.

Palavras-Chave: Descarte de medicamentos; Gestão de resíduos; Impactos ambientais.

QUALIDADE DE VIDA E DESEMPENHO ACADÊMICO

Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

O interesse em conceitos como “padrão de vida” e “qualidade de vida” a muito vem sendo compartilhado por cientistas sociais, filósofos e políticos. Atualmente, este conceito refere-se a um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos que o simples controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. Fatores distintos já foram relacionados ao ganho ou perda em termos de qualidade de vida. Dentre eles, estudos recentes relacionam a satisfação em termos alimentares com o contentamento em termos de vida em geral, uma relação associada à comportamentos alimentares saudáveis e, também, interações familiares associadas à alimentação. As conclusões para estes estudos apontam que adultos que comem mais frequentemente com suas famílias se alimentam de maneira mais saudável e são mais satisfeitos com sua vida em geral. Vários estudos também relacionam diversas práticas corporais, atividade/exercício físico e prática esportiva, quando variam de moderadas à vigorosas, como fatores que são positivamente vinculados à melhoria da qualidade de vida. Este efeito é atribuído em parte ao maior tempo direcionado para atividades ao ar livre, aumento nas interações sociais, melhora na autoestima e aumento nos níveis de endorfina. O objetivo desse trabalho foi levantar informações sobre a influência dos parâmetros de Qualidade de Vida sobre o Desempenho Acadêmico. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico amplo em bases de dados científicos. O parâmetro mais bem avaliado em termos de influência sobre o rendimento acadêmico foi o padrão de sono. Parâmetros como deficiência de sono, qualidade do sono, hábitos relacionados ao sono, vem sendo demonstrados como uma importante influência no desempenho de trabalhadores e estudantes. Curcio e colaboradores revisaram especificamente a relação entre sono e desempenho acadêmico e, dentre os trabalhos avaliados em diferentes níveis escolares, puderam concluir que a privação de sono está negativamente correlacionada com o desempenho acadêmico. Em boa parte, este resultado foi atribuído às menores capacidades destes alunos em termos de atenção, memória e capacidade de resolução de problemas, além de sonolência durante o dia. Já Trockel e colaboradores ao realizar uma avaliação mais ampla, considerando não somente o sono, mas diversas variáveis relacionadas à qualidade de vida (e.g. estresse, regime de exercícios físicos, horas de trabalho, hábitos alimentares, hábitos religiosos/espirituais, idade, gênero, entre outros), também observaram a influência positiva do sono adequado no rendimento acadêmico, assim como do treinamento físico e do estudo de material com orientação espiritual. Inversamente, número de horas de trabalho, assim como horário tardio no despertar se correlacionaram positivamente com menores rendimentos. Considerando que o acesso à educação apropriada e de qualidade é considerado como chave para a redução da pobreza e das diferenças sociais, fica clara a relevância científica e social de se investigar as condições que interferem no bem-estar de estudantes, identificando os fatores associados à qualidade de vida que afetam seu desempenho acadêmico e, portanto, futuro sucesso profissional. Este tipo de compreensão de influências é essencial no intuito de criar alter-

nativas de intervenção e propor ações e políticas internas que atendam às necessidades desta população. Além disso, por meio de seu monitoramento elas permitirão também a avaliação do sucesso deste tipo de ação, apresentando não só importância local, mas também uma ação digna de disseminação considerando o cenário socioeconômico brasileiro.

Palavras-Chave: Qualidade de vida; Desempenho acadêmico; Sono; Alimentação.

IMPACTO DA PRIVAÇÃO DO SONO NA QUALIDADE DE VIDA

Pedroso, C. R.¹; Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio de Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

Muitos indivíduos e pesquisadores se questionam a respeito do impacto gerado na qualidade de vida daqueles que sofrem de privação ou até mesmo excesso de sono. Esse questionamento se reflete no conceito de saúde apresentado pela Organização Mundial da Saúde, que em sua definição contempla um amplo aspecto da vida dos seres humanos, desde a ausência da doença até o bem-estar psíquico e social, que inclui questões relativas ao sono. Esse é essencial para a vida humana, sendo essencial para a memória, aprendizagem, restauração e homeostasia do corpo, com sua baixa qualidade afetando diversos aspectos da vida do indivíduo. Nesse cenário, este trabalho teve como objetivo específico avaliar a qualidade de sono de estudantes da Faculdade Estácio Cotia, identificando os pontos merecedores de maior atenção. Foram utilizados dados de uma pesquisa previamente realizada na Instituição, que contou com a colaboração de alunos do segundo semestre dos diversos cursos oferecidos na instituição. Esses alunos preencheram um questionário que segue o método que permite o cálculo do PSQI (Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh), onde todos que apresentaram um escore maior que cinco foram avaliados como maus dormidores. A partir desse instrumento, foi observado que somente 41% dos entrevistados apresentaram sono considerado normal, ou seja, foram classificados como bons dormidores. Esse tipo de sono exige o relaxamento do indivíduo e é acompanhado de grande redução da atividade motora e temperatura corporal. Basicamente pode-se dizer que a rotina vivenciada diariamente, e que se associa ao ambiente no qual o indivíduo está inserido, afetará a qualidade do sono, com aqueles com o sono adequado geralmente apresentando uma rotina menos estressante, e/ou também, um local para dormir com menor interferência. Por outro lado, a maioria dos avaliados foi classificada como maus dormidores (59%) e, em termos de pontuação, o maior valor observado foi 17, indicando péssima qualidade de sono, com quase 30% dos entrevistados afirmando dormir cinco horas ou menos. Alguns motivos deste padrão são mais difíceis de serem identificados sem uma análise médica, mas geralmente incluem alterações fisiológicas e problemas respiratórios associados, como por exemplo a apneia do sono e ansiedade. Já outras influências se referem a problemas sociais, como rotina exaustiva do trabalho, tempo de deslocamento e rotina de estudos, mas também inadequação do ambiente de repouso, como temperatura do local inadequada, ruídos e uso de tecnologias em períodos que deveriam ser dedicados ao sono ou a preparação para dormir. É importante ressaltar que a má qualidade do sono, possui como principais consequências o aumento da pressão arterial, problemas emocionais como ansiedade, depressão, irritabilidade, dificuldades com relações afetivas e interpessoais, assim como também problemas relacionados a vícios, como tabaco e álcool. Em crianças, o efeito acaba sendo ainda mais drástico, prejudicando o crescimento físico e intelectual. A partir disso conclui-se que a privação do sono e a baixa qualidade do mesmo podem gerar consequências sérias em diversos aspectos e, no que se refere especificamente a discentes de cursos superiores, nota-se a importância deste assunto, pois ao dormir o cérebro sintetiza proteínas que auxiliam no aprendizado e na memória. Além disso, o sono está

diretamente relacionado ao equilíbrio emocional, de particular importância para estudantes, especialmente os que trabalham durante o dia, por se apresentarem em uma fase grande estresse e pressão. Logo, é essencial que se torne hábito dos estudantes os cuidados com o ambiente adequado para o repouso, com menor uso de tecnologias neste momento e respeito aos horários, garantindo assim uma melhor qualidade de vida num sentido mais amplo.

Palavras-Chave: Padrão de sono; Qualidade de vida; Estudantes.

O PAPEL MODULADOR DE VESÍCULAS EXTRACELULARES PROVENIENTES DE RELAÇÃO DO PERFIL MOTIVACIONAL E MARCADORES DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES DE INDIVÍDUOS COM SOBREPESO E OBESIDADE FRENTE AO SPRINT INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE

Almeida, L.¹; Lima, C. M.²; Caperuto, E. C.²; Xavier, A. P.³; Hirota, V. B.⁴; de França, E.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades
e Tecnologias – ESTÁCIO EUROSPAN – SP

² Universidade São Judas Tadeu – USJT – SP

³ Instituto Nacional de Tecnologia – Instituto Mangueira do Futuro – SP

⁴ Centro Universitário das Américas – FAM – SP

A literatura científica tem mostrado que o risco relativo de diversas doenças relacionado à condição física, como doenças coronárias e cardiovasculares (DCV) está relacionado ao estilo de vida. Entretanto, a adoção de boas práticas de estilo de vida para uma manutenção ou melhora da saúde metabólica só são incorporadas se elas forem significativas e prazerosas, ou seja, tais práticas devem satisfazer necessidades psicológicas básicas (competência, autonomia e clima positivo). Entretanto, a falta de tempo e motivação têm se mostrado como variáveis a serem consideradas ao sugerir que a população de risco (indivíduos obesos e sedentários) se engaje na prática de exercício físico. Nesse sentido, para atender essas demandas (falta de tempo e motivação), o sprint intervalado de alta intensidade (SIT) vem ganhando destaque (na literatura científica, mídia e entre adeptos da prática de exercício físico) por apresentar resultados (por exemplo, diminuição de marcadores de DCVs) à curto prazo (50-60% menos em relação ao treinamento convencional - treino contínuo). No entanto, indivíduos obesos têm sido diagnosticados como poucos motivados para a prática de exercício físico, além do fato de que o SIT parece demandar altos níveis de motivação, isso parece inviabilizar o aconselhamento de indivíduos obesos e sedentários para o SIT, pois parece que o SIT promove um *feedback* negativo na motivação. Entretanto, não há dados na literatura a respeito de estudos relacionado a motivação frente ao SIT. Portanto o objetivo desse estudo é analisar o perfil da percepção de regulação motivacional de indivíduos obesos frente a um programa de SIT e sua relação com o perfil dos marcadores de risco de DCSs e também com o perfil da possível alteração desses marcadores de DCVs após um programa de SIT. A amostra foi composta de 20 sujeitos (34 ± 8 anos) com sobrepeso ou obesidade (percentual de gordura 28 ± 10%). O programa de SIT foi de 8 semanas. Os sprints foram realizados num cicloergômetro, 3 vezes por semana, com séries de esforço máximos de 30 segundos, sendo 4 séries nas semanas 1-2, 5 séries nas semanas 3-4 e 6 séries nas semanas 5-8. A carga no cicloergômetro foi de 0,075 kg/kg de peso corporal. O tempo de descanso (ativo ou passivo) entre as séries foram de 4,5 minutos. Antes da intervenção com SIT avaliamos os tipos de regulação motivacional voltada à prática do exercício, segundo a teoria da autodeterminação: amotivação (falta de motivação), regulação externa, introjetada, identificada e intrínseca). Para identificar os tipos de regulação motivacional dos participantes do estudo, foi aplicada um questionário tipo LIKER. Antes e após da intervenção foram avaliados colesterol total (CT) e frações (LDL, HDL), triglicérides (TAG), percentual de gordura (%G), soma das dobras cutâneas (DC), massa gorda (MG), circunferência do quadril (CQ) e abdômen (CA). Depois de 8 semanas de treino, os participantes tiveram um aumento significativo do LDL e CQ,

enquanto houve diminuição do TAG. Não houve alteração significativa no LDL, CT, %G, DC, MG e CA. A amostra apresentou baixo valor de amotivação ($0,15 \pm 0,37$; numa escala de 0 a 5) e motivação introjetada ($0,42 \pm 0,64$), mas apresentaram valores moderados de motivação externa ($2,17 \pm 0,89$), identificada ($3,74 \pm 0,40$) e intrínseca ($3,22 \pm 0,53$). A média da motivação (externa, introjetada, identificada e intrínseca) estava correlacionada positivamente de forma moderada ($\geq 0,628$) e forte ($\geq 0,983$) e significativamente ($p < 0,01$) com TAG, %G, DC, MG, QC e QA, entretanto, houve correlação negativa com o LDL. Ao correlacionar o delta pós treinos dos valores de DCVs com os valores de motivação foi encontrado correlações positivas e significativas somente para TAG e CQ ($p \geq 0,75$, $p \leq 0,01$). Os resultados deste estudo sugerem que o aumento de marcadores de risco cardiovascular está associado ao aumento da motivação para prática de exercício físico em indivíduos com sobrepeso e obesos. A motivação parece influenciar positivamente nos resultados dos de SIT nessa população.

Palavras-Chave: Doença cardiovascular; Sobrepeso; Obesidade; Sprint intervalado.

INDIVÍDUOS JOVENS PRÉ HIPERTENSOS APRESENTAM DISFUNÇÃO AUTONÔMICA PRECOCE

Vicente, D. C.¹; Santa-Rosa, F. A.^{1,2}

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

² Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo – EEFPMSP – SP

A Hipertensão ou a elevação crônica em repouso da pressão do sangue arterial (PA), pressão sistólica (PAS) > 140 mmHg e / ou pressão diastólica (PAD) de 90 mmHg, permanece um dos fatores de risco modificáveis mais significativos para doenças cardiovasculares (por exemplo, doença arterial coronariana, acidente vascular cerebral, insuficiência cardíaca). A pré-hipertensão caracteriza-se por valores de PA que ficam entre os valores na condição normal (PAS menor 120 mmHg e / ou pressão diastólica PAD menor 80 mmHg) e os valores de hipertensão. A hipertensão arterial sistêmica leva a alterações no funcionamento do sistema nervoso autonômico (SNA), levando a um aumento de modulação simpática e uma redução parassimpática, o que caracteriza uma disfunção autonômica. O objetivo do presente estudo foi avaliar se indivíduos do sexo masculino, pré-hipertensos já possuíam alterações no SNA como indivíduos hipertensos. Neste estudo foram incluídos 54 sujeitos adultos do sexo masculino, divididos em 2 grupos: normotensos (N) (n=31) e pré-hipertensos (PH) (n=23). A medida da PA foi feita pelo método auscultatório e o registro do intervalo RR foi realizado para análise da VFC. Os grupos não apresentaram médias de idade diferentes entre si (PH: 25,2±4,3 vs. N: 25,9±3,3). A PA foi diferente entre os grupos, sendo que o grupo PH apresentou valores maiores de PAS (N: 115,9±5,3 vs PH: 132,7±9,3) e PAD (N: 70,7±7,9 vs PH: 75,0±6,9), os valores de SDNN estavam reduzidos no grupo PH (41,7±13,5 ms²) em relação ao N (49,7±11,8 ms²) indicando menor VFC. Adicionalmente, o grupo PH apresentou redução da modulação parassimpática, tanto no domínio da frequência (PH: 28,7±8,8 vs. N: 36,5±14,1), quanto no domínio do tempo (PH: 35,8±14,2 vs. N: 45,8±14,1). Por outro lado, os grupos não apresentaram diferenças significativas nas bandas de baixa frequência (LF) (PH: 67,9±12,7 vs. N: 69,3±14,9). Nossos resultados evidenciam que indivíduos pré-hipertensos apresentam um prejuízo precoce na modulação autonômica cardíaca que pode estar associado ao aumento de PA. Isso pode sugerir que a disfunção autonômica precede os aumentos na pressão arterial.

Palavras-Chave: Hipertensão; Pré-hipertensão; Pressão arterial; Sistema nervoso autonômico; Disfunção autonômica.

RECUPERAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DO ENSINO HÍBRIDO: UM ESTUDO DE CASO

Silva Jr, C. A.^{1,2,3}

¹ Faculdade Estácio Cotia – ESTÁCIO COTIA – SP

² Centro Paula Souza – ETEC – SP

³ Faculdades Integradas Rio Branco – RIO BRANCO – SP

Avaliação da aprendizagem é, comumente, o processo mais seguro de se fazer uma análise de como os alunos estão interagindo nos processos de ensino e aprendizagem. Ela pode ser diagnóstica (ou de entrada), cumulativa ou final. A diagnóstica é o método usado pelos educadores, em sua prática pedagógica, para entender as falhas no processo, destacando as fragilidades e potencialidades apresentadas pelos estudantes. Com base nela, o educador pode traçar um plano de trabalho para poder, não somente melhorar os resultados, mas também proporcionar ao aluno um melhor desempenho na educação tecnológica/profissional. Para que os alunos desenvolvam as competências, necessárias para o andamento do componente curricular, são necessários que sejam desenvolvidos, pelos professores, planos para recuperação desses alunos em defasagem. Elas podem ser desenvolvidas de duas formas: *contínua*, que é realizada no decorrer do período letivo, por orientações de ensino e atividades diversas adaptadas às dificuldades de cada aluno; e *paralela*, realizada no final de cada período letivo, onde o aluno recebe, junto com o boletim, um plano de estudos para serem realizados no período subsequente ao que foi cursado, tendo a oportunidade de desenvolver as competências e habilidades não desenvolvidas no período anterior. Tanto contínua quanto paralela, a recuperação tem como objetivo auxiliar os alunos com baixo rendimento ao longo do período letivo. O ensino híbrido (blended learning) é uma abordagem que aposta em alternar diferentes momentos de aprendizagem em torno de uma única temática. Dessa forma, os alunos têm a chance de aplicar e construir o conhecimento em etapas. Uma dessas abordagens é combinar o ensino presencial com o ensino a distância (EAD), para que o aluno complemente, com roteiros de estudos, os conteúdos das aulas presenciais. A mescla entre sala de aula e ambientes virtuais é fundamental para abrir a escola para o mundo e trazer o mundo para dentro da instituição. As tecnologias web facilitam a aprendizagem colaborativa entre colegas próximos e distantes. Este estudo, consiste em averiguar e identificar os alunos com dificuldade de aprendizagem nos componentes curriculares ministrados pelo autor, tanto no ensino técnico quanto no ensino tecnológico, por meio de avaliações e análise do desempenho dos alunos em atividades dirigidas. O autor promove estudos de recuperação, utilizando plataformas EAD. Os alunos elegíveis são convidados a participar desta modalidade de recuperação, ficando opcional a participação. Após concluírem os estudos, os alunos passam por uma reavaliação, para verificar se as competências e habilidades desenvolvidas na recuperação foram alcançadas, além de comparar os resultados dos alunos que participaram do estudo com aqueles que não participaram. O autor realizou alguns estudos para atestar a viabilidade do projeto. No primeiro caso, alguns alunos que destrancaram a matrícula do curso tecnológico após um mês de aulas. O autor disponibilizou aos alunos, em formato de curso EAD, os materiais das aulas, para que estes alunos acessassem os conteúdos para comple-

mentar os estudos presenciais, além de solicitar atividades referentes a estes conteúdos. No final do período, todos os alunos obtiveram desempenho satisfatório e foram promovidos no componente curricular. O segundo estudo é sobre alunos do ensino técnico integrado ao médio de uma escola técnica, na qual o autor ministra aulas, que foram retidos em um componente, porém, promovidos ao ano subsequente (progressão parcial). Foram disponibilizados alguns cursos EAD para estes alunos, além de tirar dúvidas de forma presencial, em complemento às atividades de progressão parcial. Após a conclusão destes cursos, o autor solicitou alguns trabalhos, além das provas teóricas bimestrais instituídas pela escola. Ao verificar o rendimento destes alunos, foi possível verificar que o ensino híbrido foi crucial para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para aprovação no componente. Com estas amostras de resultados satisfatórios, é possível verificar a viabilidade necessária para a continuidade do desenvolvimento do projeto, que mostra ser necessário no mundo informatizado, como uma opção efetiva de recuperação escolar na educação profissional.

Palavras-Chave: Recuperação escolar; Ensino Híbrido; Educação profissional.

O DIREITO CONTRATUAL NO BRASIL E ORIGEM DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS E COMUTATIVOS E A POSSIBILIDADE DE INADIMPLENTO DOS CONTRATOS INTELIGENTES

Piscinato, G.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O Objetivo desse trabalho é pesquisar o mais novo contrato inteligente, que se denomina Blockchain, e que nada mais é do que uma rede elaborada de maneira publica com registro de transações que possuem transferência de valores, onde todos os membros são semelhantes e checam a conta de todos os membros de maneira automática. O Blockchain é denominado dessa forma pois advém do fato de que os pactos que são efetuadas ficam armazenadas em blocos, que são interligados um ao outro. Quando são criados novos blocos estes são replicados para todos aqueles que estão de forma participativa nesta rede, fazendo com que assim, se mantenham sempre atualizados sobre aquilo que está ocorrendo. A justificativa é de que, nos dias atuais, a tecnologia Blockchain já é notada em inúmeras transações, grandes exemplos disso são os fundos de investimentos, contratos de seguros, bolsa de valores, dentre outros. A tecnologia Blockchain teve seu início em 1991 por Stuart Haber e W. Scott Stornetta. No entanto, foi justamente por causa do trabalho de Satoshi Nakamoto que, em 2008, a história do Blockchain começou a se tornar importante. A Bitcoin foi a primeira aplicação da tecnologia de contabilidade digital. A partir do ano 2013 a 2015 Vitalik Buterin começou a colaborar com o Bitcoin e descobriu que as criptomoedas não utilizavam totalmente todas as opções que as redes de Blockchain deveriam fornecer, dando início a Ethereum. O que difere a Ethereum do Blockchain é a habilitação de uma nova função, onde se permite que as pessoas possam registrar outros ativos, como exemplo, slogans e contratos. A história e o desenvolvimento da Blockchain não pararam na Ethereum e no Bitcoin, pois nos últimos anos, mais precisamente no ano de 2018, vários projetos surgiram introduzindo novas atribuições que utilizam recursos de Blockchain. No que tange a problemática, o tema é consideravelmente novo no Brasil, o que traz uma certa escassez de doutrinas, artigos, legislações que versam sobre o tema em questão. A fundamentação teórica se verificará nos estudos do Direito Civil, na Constituição Federal e jurisprudência. Dito isso, é de extrema notoriedade que é necessário a produção de uma legislação que resguarde os contratos inteligentes, para que dessa maneira estes mesmos contratos possam trazer uma segurança de forma mais efetiva no que tange ao direito contratual, ainda que esse seja elaborado de forma tecnológica, diferentemente do que se era previsto anteriormente. A metodologia utilizada neste trabalho foi baseada nas teorias que tratam sobre o tema a ser desenvolvido, as legislações necessárias, doutrinas utilizadas e incluídas as decisões que foram tomadas pelos tribunais a respeito do tema citado. Foram também utilizados o Direito Estrangeiro e Eletrônico. Os resultados obtidos são satisfatórios, trazendo consigo a história dos contratos desde os povos primitivos, até os dias atuais com o Smart Contracts. Por fim conclui-se a extrema necessidade da produção de uma legislação que resguarde os contratos inteligentes, para que dessa maneira estes mesmos contratos possam trazer uma segurança de forma mais efetiva no que tange ao

direito contratual, ainda que esse direito contratual, seja elaborado de forma tecnológica, diferentemente do que se era previsto anteriormente.

Palavras-Chave: Blockchain; Direito Contratual; Origem.

OS NOVOS PACTOS CONTRATUAIS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: INÍCIO DOS CONTRATOS VIRTUAIS “SMART CONTRACT” NO BRASIL

Lemos, S. B.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A presente pesquisa tem como objetivo abordar os temas relacionados aos contratos digitais “Smart Contracts”, sua origem e prática no contexto internacional e nacional, estimulando o raciocínio acerca do tema e a debate entre os acadêmicos e operadores do Direito. O presente tema busca relacionar as práticas que deram início as bases dos contratos ao longo do tempo, especialmente no Direito Romano, como um dos mais antigos a colocar em prática a formalidade do contrato, mostrando que era possível negociar tudo o que era lícito e não violasse os bons costumes. A análise se fundamenta na demonstração de que esse formalismo virou um entrave para as negociações que cada vez eram mais rápidas devido ao mercado que estava com sua movimentação muito acelerada, chegando aos contratos digitais, sua base jurídica e prática no ordenamento jurídico brasileiro. O problema central da pesquisa demonstra que o ordenamento jurídico brasileiro carece de normas para regulamentar os contratos virtuais no Brasil, porém, por outro lado explana que os princípios são fatores importantes na validade do contrato, bem como, algumas recentes mudanças legislativas dão força jurídica a esses contratos, bem como mostram a sua importância na sociedade brasileira, que a cada vez se torna um meio difundido e utilizado, tanto por sua praticidade quanto por sua simplicidade, coisa que no contrato normal exige-se todo um formalismo e rito. A fundamentação do estudo demonstra que as Nações Unidas trazem uma preocupação com as sociedades e seu desenvolvimento desde a década de 50 e 60 do século XX. O direito ao desenvolvimento ficou mais em evidência, consagrando-se como um direito humano, a partir da Resolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986 (Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento). Para se enfrentar as barreiras e empecilhos quando tratam-se dos contratos virtuais “Smart Contracts”, por ainda ser um tema muito novo no Brasil, o que faz com que exista uma carência de Leis que a regulamentam. Serão necessários os estudos doutrinários na bibliografia nacional e estrangeira acerca do tema, assim como, de artigos científicos publicados em Revistas renomadas. O desígnio com a pesquisa, é abrir caminho ou campo para os futuros acadêmicos e operadores do direito, bem como suscitar seu debate e influenciar outros acadêmicos ou professores e até mesmo o legislador a escrever sobre a atual matéria. Ao mesmo tempo é importante a discussão da validade a aplicabilidade do tema na vida dos cidadãos, cumprindo em geral as necessidades da sociedade, pois está diretamente ligada a liberdade individual e autonomia das pessoas em gerar ou pactuar os diversos tipos de contratos, bem como os “Smart Contracts”, ou contratos virtuais. A metodologia de pesquisa utilizada, envolve a pesquisa documental, bibliográfica, estudo de caso, documentações indiretas, teorias de doutrinadores acerca do tema, legislações e decisões judiciais. Os resultados até o momento são os melhores possíveis, trazendo linhas gerais sobre o tema e um mais adequado esclarecimento jurídico sobre os contratos virtuais. Por fim, além da experiência acadêmica, os desafios proporcionados ajudam a alçar novos

ares, bem como gerar meios de pesquisa e análise para outros acadêmicos e operadores do direito e colocar em debate a história e o futuro dos contratos virtuais.

Palavras-Chave: Smart Contract; Pactos contratuais; Desenvolvimento.

SMART CONTRACT: A INOVAÇÃO CONTRATUAL QUE NECESSITA DE REGULAMENTAÇÃO

Lima, K. M. C.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O objetivo dessa pesquisa é dar enfoque aos fenômenos jurídicos do mundo contemporâneo, trazendo a bojo as modificações na forma como as relações sociais se regem no novo século, estimulando reflexões acerca de como as ciências jurídicas uma das mais antigas da história da humanidade, se molda aos constantes avanços tecnológicos em lapsos temporais tão curtos. Justifica-se o intitulado Direito Digital (ou Direito Eletrônico) por ser um ramo que vem em constante evolução ganhando notoriedade pelos avanços que tem trazido, facilitando diversas atividades rotineiras no âmbito do mundo jurídico. Um dos mais recentes fenômenos advindos desde novo ramo do direito são os Smart Contracts, tal modalidade contratual criou uma espécie de contrato nunca visto antes, baseando-se em codificar o acordo de vontades das partes envolvidas no negócio jurídico e armazenar essas informações em uma plataforma denominada de Blockchain. Essa, após receber os dados cria diversas cópias do arquivo em computadores espalhados pelo mundo, fazendo com que seja impossível que os dados sejam perdidos. Além disso, após ocorrer a inserção dos dados eles adquirem características de imutabilidade e auto executoriedade, que significa dizer que não podem ser alterados e que se cumprirão independente de vontade alheia, limitando a obedecerem apenas ao que está pré-estabelecido em sua criptografia. O problema, todavia, é que, por se tratar de um fenômeno sem nenhum paradigma absoluto, a sua utilização traz alguns percalços à vida jurídica. O presente trabalho tratará dos principais pontos de insegurança jurídica acerca dos Smart Contracts, como: a validade dessa modalidade de contrato; as matérias das quais poderia dispor; competência para julgar; e a necessidade ou não de uma legislação que regulamente a matéria por inteiro. A fundamentação desse estudo se baseará na avaliação das Leis Cíveis, Constitucional e jurisprudência para esgrimir, sobre a validade e aplicabilidade dos negócios jurídicos feitos por essa nova modalidade contratual, estimulando reflexões nos operadores do direito com o intuito de que façam ponderações sobre quais serão as matérias que poderão ser objetos destes contratos, esse novo instituto pode implicar em instabilidade a segurança jurídica? Tendo em vista que nos atuais moldes do ordenamento não existem parâmetros para fixação da competência, base doutrinária ou jurisprudencial para que o magistrado tenha auxílio no seu julgamento. Como metodologia serão analisadas as garantias quanto a licitude do objeto que é figura central dos contratos, sendo a elaboração de contratos e as demandas referentes enquadrando-se no conceito de assistência do inciso II do artigo 1º da lei 8.806/94, com a participação do advogado diante dessa relação jurídica. A metodologia utilizada na pesquisa foi o uso do direito comparado buscando analisar a forma como abordam o tema a legislação de países onde o Smart Contracts já é uma realidade consolidada. Junto a isso será utilizado o Direito Civil Brasileiro, as doutrinas e jurisprudências que já foram produzidas dentro do nosso ordenamento jurídico. Por fim, pesquisas históricas de modo a comparar evoluções contratuais com a mesma representatividade de modo a direcionar a fundamentação jurídica e, ao mesmo tempo,

reforçar a argumentação e atingir. Relewa-se o tema sob o aspecto de que os moldes pelos quais os Smarts Contracts se regem, criam um padrão universal de contratos, trazendo assim não só reflexos imediatos as interações cotidianas, mas abrindo caminho para relações internacionais seja no setor público ou privado, podendo trazer melhorias expressivas a economia do nacional. Sendo assim, é de extrema importância a segurança jurídica, não podendo ser demasiadamente flexibilizada a ponto de vilipendiar direitos das partes envolvidas.

Palavras-Chave: Smart Contract; Inovação contratual; Regulamentação.

SMART CONTRACTS, BLOCKCHAIN: A INALTERABILIDADE DOS CONTRATOS INTELIGENTES E A RESPONSABILIDADE PELA PROTEÇÃO DE DADOS

Lucas, S. D. S.¹; Ribeiro, D. Q. O. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O objetivo do presente é trazer aos operadores do direito uma visão ampla e técnica dos impactos que a sociedade da informação vem ocasionando no mundo do ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que trabalhamos pelo sistema da Civil Law e o direito acompanha a evolução da sociedade com a criação de legislações que possam gerar tutela aos direitos a margem de constantes modificações na sociedade pós-moderna. Justifica-se no entanto a pesquisa a ser apresentada que, se guiou com enfoque na teoria dos contratos do direito civil brasileiro diante dessa evolução tecnológica, observando como o ordenamento jurídico irá recepcionar os denominados “Smart Contracts” ou “Contratos Inteligentes” elaborados e executados através da tecnologia “Blockchain”. Essa trata-se de uma tecnologia atuante pela programação em redes de criptografia, onde é possível o armazenamento de dados por cadeias de blocos seguros, que garante a inalterabilidade das informações ali armazenadas, visto que ela permite um compartilhamento de dados por diversos usuários ao mesmo tempo em uma única rede descentralizada. Esta tecnologia também é denominada de “Distributed ledger” ou “Shared ledger” em razão de sua característica principal de compartilhamento de dados. A problemática se verifica desta feita, que os principais conflitos enfrentados por esta grande evolução no mundo dos contratos físicos dependiam de regulamentações em cartório e eram regidos por formas já previstas em lei. Hoje estamos a frente de relações contratuais que com apenas um clique, de pessoas que não se conhecem, travam uma relação de direitos e obrigações através de uma rede de criptografia. A elaboração contratual de uma programação de dados nesta rede dependerá de profissional da área e no mesmo momento da elaboração do pacto contratual, atendida a todas as exigências da expressa autonomia da vontade das partes, a própria rede de dados irá executar essas obrigações ali impostas automaticamente através da “Blockchain”, condições estas que não poderão ser alteradas. Portanto, a fundamentação considerará como se aplicaria a teoria da imprevisão dos contratos, ou “Clausula Rebus Sic stantibus”, e como se daria a análise do reconhecimento de um ato nulo e anulável nessa relação de um contrato inalterável. Também será observada a limitação da vontade das partes nessa relação autoexecutável e se tratando de um constante compartilhamento de dados expostos em rede, será observado a legislação que já consta em vigor sobre proteção do uso de dados, ademais, a luz do instituto da Responsabilidade Civil, serão analisados os impactos causados no tratamento desses dados compartilhados, e como se estenderá a responsabilidade de todos que irão estar envolvidos nessa relação contratual. A metodologia aplicada a presente pesquisa estará fortemente voltada a legislação internacional e principalmente aos princípios do direito, no entanto será mantida constante observação ao posicionamento dos tribunais frente as lides já travadas a respeito dessas relações contratuais em redes Blockchain. No andamento da presente pesquisa, é importante observar que a Organização Mundial das Nações Unidas juntamente com a Comissão das Nações Unidas de Direito Comercial Internacional, já se posicionaram sobre essas constantes evoluções tecnológicas e seus

impactos nas relações contratuais, trazendo diretrizes e orientações não de forma impositiva, mas como uma norma modelo. Portanto será indispensável se valer das fontes do direito por analogia e interpretação extensiva para conseguir alcançar essa dinâmica social.

Palavras-Chave: Smart Contract; Blockchain; Proteção de dados.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ-PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 1ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Vieira, I. M. A.¹; Lopes, H. M. D. S.¹; Souza, R. A.¹; Ribeiro, R. F.¹; Almeida, T. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O ordenamento jurídico brasileiro vem ao longo de algumas décadas buscar alternativas para implementar a conciliação e a mediação, a fim de criar meios alternativos para a solução dos conflitos ocasionados pela nossa sociedade. Não obstante e sabido que o Estado mesmo detendo o poder de decisão, através da sentença, terá o dever e a obrigação de tentar solucionar tais conflitos de forma pacífica, não gerando outros tipos de conflitos em sociedade. Desta forma o artigo 98 da Constituição Federal de 1988, tem como assegurado o dever da implementação dos Juizados Especiais Federais e Estaduais. Entende-se que este meio é célere, rápido e de fácil acesso principalmente para os mais necessitados e com menos conhecimento. Vale ressaltar que o objetivo também é o desafogamento do judiciário, assim reduzindo a demanda no número de processos levados ao judiciário. A Lei 13.105/15 traz em seu teor toda normativa para implantação da conciliação e a mediação, e outros métodos que possam ser utilizados para solução de forma amigável aos conflitos fundamentais. Sendo assim, o Estado Brasileiro vem de forma clara e objetiva garantir a todos o acesso ao judiciário atendendo aos direitos fundamentais assegurados em nossa Constituição Federal. Criados estes institutos, para assegurar o acesso ao judiciário e desafogamento das demandas, o esperado é que não retornassem ao poder judiciário, porém a realidade é outra, tais demandas estão voltando para revisão, e até mesmo o cumprimento de sentença. Feitas tais assertivas, cabe destacar as modalidades de guarda permitida pelo judiciário brasileiro e a realização de uma análise sobre suas modalidades. Com o término das relações conjugais, é o momento em que é necessário regularizar tudo que envolve a estrutura familiar e consequentemente as decisões que envolvem diretamente a prole. Por muitas vezes, ou melhor, na maioria, as demandas são levadas para apreciação do CEJUSC através da sessão de conciliação e mediação, para que possam ser conduzidas de forma amigável decisões pertinentes e necessárias para a proteção dos interesses de ambos os envolvidos e principalmente da prole fruto da relação conjugal. No que tange as decisões e acordos que serão realizados na sessão, será abordado de forma aprofundada neste estudo o “tema guardas”, sua criação e evolução ao longo tempo, leis e dispositivos jurídicos que respaldam este instituto. Não obstante, serão abordados os tipos de guarda normalmente adotadas nas sessões, para tanto será utilizado às estatísticas do CEJUSC da Comarca de Carapicuíba – SP, utilizando os índices apontados como base para verificar, o cumprimento do acordo e os casos que retornam ao judiciário para execução de sentença. Todavia, quanto aos casos que retornam ao judiciário, é válido apontar o que gerou o não cumprimento dos atos decididos e acordados em sessão da conciliação. Diante dos estudos realizados, poderá ser identificado de modo aprofundado e com base nas

informações estáticas fornecidas pela 2ª Vara da Comarca de Carapicuíba/SP utilizando de forma empírica e indutiva destes números.

Palavras-Chave: Acordo; Solução de conflitos; Cumprimento coercitivo.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 2ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Souza, R. A.¹; Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹; Ribeiro, R. F.¹; Almeida, T. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

O direito de acesso à justiça tem sido reconhecido através de garantias dadas aos cidadãos para que possam exercer seus direitos de modo não apenas formal, mas também de forma efetiva, célere e justa. Nesse viés, o princípio garantidor do acesso à justiça consagrado no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal de 1988, possibilitou que qualquer pessoa ingressasse com a propositura de ação judicial para solucionar os conflitos existentes. Mas a morosidade e a complexidade das demandas levaram o judiciário a buscar métodos alternativos para tornar o sistema eficiente e permitir que a população pudesse ter a prestação jurisdicional à sua disposição. Não obstante, o artigo 98, também da Constituição Federal, instituiu a possibilidade de criação dos Juizados Especiais que se tornaram realidade a partir da edição da Lei nº 9.099/95. Desde então, houve uma facilitação do acesso à jurisdição e, conseqüentemente, no início dos anos 2000 o sistema acumulava cerca de cem milhões de processos distribuídos. Como forma de contingenciar tanta demanda, foi preciso empregar meios alternativos para solucionar os conflitos. Nesse sentido, o Desembargador Kazue Watanabe, com o apoio de mais dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado São Paulo, passou a incentivar a aplicação do modelo de conciliação e mediação desenvolvido na escola de Harvard, nos anos 70 para promover a cultura de paz no judiciário brasileiro. Dessa forma, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça, editou a resolução 125 para direcionar as soluções dos processos, por meio desses institutos a fim de focar nos interesses das partes, e não somente nos próprios conflitos. Este novo paradigma possibilitou às pessoas, mediante o diálogo, chegarem em um acordo consensual e com validade jurídica. Com a crescente homologação de acordos judiciais e extrajudiciais, a Lei nº 13.105/2015 tornou obrigatória a conciliação e mediação para qualquer processo cível da justiça comum. No entanto, vale destacar que tais institutos também podem ser utilizados no âmbito pré-processual, onde a parte reclamante convida a parte reclamada para participar de uma sessão de conciliação/mediação para se autocompor. Todavia, mesmo afirmando que os direitos fundamentais do devido processo legal, de acesso à justiça e de ampla defesa dos cidadãos estão sendo efetivados, muitas pessoas têm retornado ao judiciário para pedir revisão ou cumprimento de sentença desses acordos. Assim, faz-se necessário aprofundar o estudo para identificar a quantidade de processos que retornam à jurisdição para serem retrabalhados. Para tanto, será analisado de maneira empírico-indutiva as estatísticas contabilizadas na 2ª Vara da Comarca de Carapicuíba-SP, onde serão verificados os pleitos do direito civil e do direito de família, especialmente aos casos de divórcio.

Palavras-Chave: Acordo; Solução de conflitos; Cumprimento coercitivo.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 3ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Almeida, T. S.¹; Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹; Souza, R. A.¹; Ribeiro, R. F.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

Com o surgimento da Constituição Federal de 1988, em seu art. 98, se instituiu a criação dos Juizados Especiais, os quais visam dar soluções mais céleres e eficazes as partes pleiteantes, garantindo o direito fundamental de acesso à justiça, conforme disposto em seu artigo 5º, inciso XXXV; da ampla defesa, conforme disposto em seu artigo 5º, inciso LV; e do devido processo legal, conforme disposto no artigo 5º, inciso LIV, todos da Constituição Federal. Em meados dos anos de 2000, em virtude desta facilitação, o judiciário abarrotou-se de processos. Buscando alternativas para solução destes conflitos, Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, se uniram e aplicaram o modelo de conciliação e mediação criado nos anos de 1970, com foco em promover a cultura da paz. Desta feita, o Conselho Nacional de Justiça, publicou a resolução 125/2010, que busca atender aos interesses pessoais, não somente aos seus conflitos. Por conseguinte, houve redução considerável das demandas processuais. Com o advento da Lei 13.105, do Código de Processo Civil, ocorre a obrigatoriedade da conciliação e mediação de processos cíveis na justiça comum. Com a inclusão deste diploma legal, os processos são submetidos ao CEJUSC, para a realização de autocomposição, restando positivos, os acordos são homologados. Todavia muitos acordos batem novamente as portas do judiciário com pedidos de revisão e cumprimento de sentença. Não obstante, haverá a necessidade de se aprofundar a pesquisa por meio empírico e indutivo junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Carapicuíba, para análises e levantamentos de tais demandas. Algumas demandas que batem as portas do Judiciário, advém do rompimento da união conjugal. Contudo, vale ressaltar que tais demandas envolvem decisões com relação a forma de como será dirigida a vida e tudo que envolve a prole, momento este que os genitores precisam definir de forma amigável a participação direta na vida da prole. No que tange, a regulamentação de visitas, nosso tema abordado no estudo, se aprofundará nas questões e formas de visitas existentes no nosso ordenamento jurídico, verificando sua aplicação e eficiência, e nos casos que retornem ao Judiciário a demanda, identificar quais os seus motivos. Vale ressaltar que, muitas das vezes, os genitores por motivos pessoais no momento em que acordam a forma de visitas, deixam de primar pelo bem-estar do menor levando em consideração apenas suas particularidades. Ocorrendo isto e por óbvio que ao longo do tempo, ocorrerão desavenças entre os genitores, fato este que levará a demanda novamente ao judiciário. O estudo a ser desenvolvido com base nas informações cedidas, pela 3ª Vara da Comarca de Carapicuíba/SP, terá o papel de identificar quantas demandas retornam pelo motivo de revisão de regulamentação de visita, podendo servir de início para futuros estudos a fim de sanar esta questão.

Palavras-Chave: Acordo; Solução de conflitos; Cumprimento coercitivo.

ANÁLISE EMPÍRICA DOS ACORDOS PRÉ PROCESSUAIS E PROCESSUAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS QUE RETORNAM PARA A REVISÃO E CUMPRIMENTO COERCITIVO NA 4ª VARA DA COMARCA DE CARAPICUÍBA

Lopes, H. M. D. S.¹; Vieira, I. M. A.¹; Souza, R. A.¹; Ribeiro, R. F.¹; Almeida, T. S.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A mediação e a conciliação são instrumentos jurídicos, criados para melhorar e simplificar a solução de conflitos, evitando que as partes recorram ao judiciário, e assim, consigam se entender através do diálogo. Este instrumento pode ser usado em diversas áreas, uma delas é no Direito de Família. O Código Civil de 2015 traz de forma objetiva, onde e quando poderão ser aplicados os instrumentos da conciliação e mediação, e que caberá ao mediador ou conciliador buscar a pacificação e acordo entre as partes. As pessoas têm uma dificuldade natural de aceitar e admitir seus atos, e nos conflitos familiares, as partes vêm de longo desgaste, dificultando o diálogo. Geralmente envolvem inúmeras questões subjetivas, fazendo com que as partes busquem o judiciário e aguardem pela decisão de um terceiro para solucionar o conflito; a mediação e a conciliação trazem as partes a oportunidade de resolver não só o litígio relacionado a um direito positivado, mas também extrair o fortalecimento dos laços afetivos, uma vez que tal instrumento busca analisar e tratar a fundo a causa do conflito. Em relação aos conflitos relacionados aos alimentos, débito que dá ensejo à prisão civil, a mediação e a conciliação são recomendadas, pois tais casos, em sua maioria, envolvem situações afetivas complexas. Posto isso, é evidente a importância da conciliação e da mediação na solução de diversos conflitos, inclusive nos familiares, destacando seu objetivo de pacificar e restabelecer o diálogo entre as partes. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 98, assegura o dever de implementação de juizados especiais, entendido que é o meio mais célere para solução de conflitos de menor complexidade, e ainda, tem como objetivo diminuir os processos levados ao judiciário. Já o Código de Processo Civil de 2015, dispõe no artigo 334, caput a realização da audiência de conciliação e mediação como etapa necessária do procedimento comum no processo civil, buscando assim a autonomia das partes resolverem seus conflitos; e nos artigos 165 a 175, está disciplinado acerca da criação, organização e composição de Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC). Logo, no presente será abordado de forma aprofundada o estudo sobre alimentos, sua criação e evolução ao longo tempo, leis e dispositivos jurídicos que respaldam este instituto; será feita a análise das audiências frutíferas realizadas no CEJUSC da comarca de Carapicuíba, mas que retornaram ou prosseguiram ao judiciário.

Palavras-Chave: Acordo; Solução de conflitos; Cumprimento coercitivo.

HOSTILIDADE NA PRODUÇÃO DE DESIGN E DO ESPAÇO

Castanheira, E. B.¹; Clementino, G. S.¹; Yope, N. C.¹

¹ Faculdade Estácio de Carapicuíba – ESTÁCIO CARAPICUÍBA – SP

A cidade deriva da relação estabelecida entre indivíduo e natureza. Esta conexão, cujo domínio é pertença do sujeito, não só amplifica esta supremacia como também desenha as interpretações e os sentidos que o indivíduo é capaz de construir e que se consolidam como o repertório de leitura do seu contexto. Resulta também da perspectiva, por meio da qual, o sujeito constrói este vínculo, o que rege a forma como se dará o processo de entendimento e de explicitação de seu entorno, de seu contexto. Nesta perspectiva, o presente trabalho procura elencar manifestações no âmbito urbano que caracterizam o design hostil. A pesquisa teve início com a leitura sobre a intersecção entre o design e a cidade, mas, sobretudo, com a pesquisa *in loco*, ou seja, por meio da observação cotidiana dos elementos que contribuem para a hostilidade urbana. Posteriormente, esta pesquisa se consolidou por meio da pesquisa *netnográfica*. Dos dados obtidos foi possível perceber que o design hostil, um termo relativamente recente, apresenta um âmbito tangível e um âmbito intangível. A tangibilidade do design hostil migrou dos equipamentos públicos, passando pelo gradeamento de residências e prédios até alterar a estética do mobiliário urbano. Estamos, portanto, falando de duas esferas: a privada e a pública. A intangibilidade do design hostil, por seu turno, está relacionada com a interface ofertada pela cidade. Como conclusão observou-se que a megacidade contemporânea, apesar de sua vocação primeira para abrigar o cidadão, constitui-se como um espaço cada vez mais fragmentado que aparta o indivíduo em função de sua condição socioeconômica e, com a pretensão de se tornar segura, adquire características ostensivas de hostilidades. Um segundo aspecto verificado é a estética instalada, não apenas com relação aos dispositivos “ditos de segurança”, mas, também uma estética subliminar, menos acolhedora, e que evidencia que nem todos são bem-vindos em determinados locais, praticando o design “exclusivo”. Por outro lado, e, em paralelo, as cidades vivenciam uma retomada do seu espaço urbano, por meio de iniciativas de base que, por meio de coletivos organizados por cidadãos, organizam apropriações urbanas e repensam a relação com a cidade em face de contingências e demandas contemporâneas.

Palavras-Chave: Design; Espaço; Hostilidade.

INTELIGÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO URBANA: INDÚSTRIAS INTELIGENTES

Pinheiro, R. F.¹; Majer, A. P.¹

¹ Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades
e Tecnologias – ESTÁCIO EUROSPAN – SP

Na atualidade, as cidades ao redor do mundo parecem enfrentar desafios cada vez maiores, seja em termos de moradia, mobilidade, zoneamento, controle de poluição, segurança, entre tantos outros, e as consequências deste cenário são inúmeros impactos negativos, tanto ambientais como sociais. Em função disso, o conceito de desenvolvimento sustentável se torna cada vez mais relevante e muito vem sendo discutido a respeito do desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis. Neste contexto, o presente projeto busca conceituar as indústrias 4.0, apontando seus atributos distintivos, principalmente voltados à sustentabilidade, identificando os principais indicadores que as distinguem das indústrias atuais e as consequências destas distinções em termos de cenário ambiental atual, identificando também seus benefícios e sua aplicabilidade na realidade brasileira. Para isso, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico em bases de dados científicas focando nos últimos 20 anos, com assuntos relacionados a indústria 4.0, indústria inteligente, indústria sustentável, energia alternativa e reuso de água. As informações compiladas foram organizadas e sistematizadas de modo a responder as perguntas norteadoras do presente. Sendo assim, foi possível levantar que o conceito de indústria de indústria 4.0, baseia-se na iniciativa de estratégia alemã, que visa desenvolver fábricas inteligentes onde as tecnologias de fabricação são atualizadas e transformados por meio de sistemas ciber-físicos, Internet das Coisas e computação em nuvem. As tecnologias de produção são incorporadas aos processos produtivos inteligentes, possibilitando uma nova mudança no rumo da tecnologia produtiva, que transformará os valores da indústria e seus modelos de negócios em um breve futuro. Essa nova estruturas de produção, dotadas de dispositivos “inteligentes” ligados à rede de internet com alta capacidade de comunicação, constituirão no futuro as fábricas Inteligentes e serão a chave para atingir um alto grau de flexibilidade que será necessária para atender as exigências do mercado futuro. A indústria 4.0 está vigorosamente concentrada na melhoria contínua em termos de eficiência, segurança, produtividade das operações e especialmente no retorno do investimento, tendo como principais características, a interconexão de dados, integração e inovação, conectando o mundo virtual ao mundo físico. Os pilares das indústrias 4.0 são internet das coisas, big data, dados digitais na nuvem, realidade virtual, simulação, integração de sistemas vertical e horizontal, robôs autônomos, fabricação aditiva e segurança cibernética. Esse novo conceito de produção, vem evoluindo os processos e tecnologia, visando igualmente prevenir a poluição, redução de consumo de matérias-primas, água e energia, além das questões relacionadas ao descarte de resíduos e efluentes e a redução de riscos para o homem e seu ambiente de trabalho. No Brasil, o maior problema para a implantação da indústria 4.0 está no reduzido conhecimento das industriais para essa ascensão, fazendo com que as indústrias nacionais continuem operando baseadas nas tecnologias propostas pelas segunda e terceira revolução industrial. A nova revolução

industrial é a indústria 4.0, que vem causando um grande impacto na sociedade moderna. Os avanços tecnológicos associado a velocidade imensurável da internet está permitindo que as empresas se revolucionem, atingindo em pouco tempo patamares que levariam anos. A nova revolução, traz também preocupações que vão além dos limites das tecnologias, e neste cenário a nova indústria percebeu a necessidade de ser inteligente e sustentável em todo seus processos, consideração essa que direciona as indústria e consumidores a se preocuparem com toda as etapas do processo produtivo, desde as escolhas das matérias primas até a disposição final do produto.

Palavras-Chave: Indústria 4.0; Indústria inteligente; Indústria sustentável; Desenvolvimento sustentável.

ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE EMPRESAS DA REGIÃO OESTE DE SÃO PAULO PARA REDUÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Salgado Junior, S. S.¹; Fernandes, M. V. M.¹

¹ Faculdade Estácio Euro-panamericana de Humanidades e Tecnologias – ESTÁCIO EUROPAN – SP

Um dos grandes desafios da atualidade é a otimização dos recursos disponíveis, de forma a alcançar um consumo sustentável de recursos naturais. Em particular, cidades na divisa oeste da Grande São Paulo abrigam um número crescente de empresas de armazenamento, logística e transporte de carga. Esse crescimento demanda a adequação de suas instalações físicas para um consumo de energia elétrica consciente e sustentável. Inicialmente nossa pesquisa era mapear as empresas que tivessem algum tipo de adequação tecnológica para economia ou reuso de recursos (energia elétrica, solar ou água). Uma segunda etapa seria avaliar a tecnologia mais comumente empregada nas empresas e posteriormente oferecer soluções para empresas ainda sem qualquer adaptação. Iniciamos nosso trabalho com uma pesquisa na literatura para saber se poderíamos encontrar algum tipo de banco de dados já previamente compilados, com informações sobre número de funcionários, ano de início das operações na região, ramo de atividade comercial, entre outros, das empresas da região Oeste de São Paulo. Como não há este tipo de compilação, iniciamos nossa coleta das informações por meio de contato direto com cada empresa. Esse contato direto foi feito via e-mail e/ou contato telefônico. Naquelas que tivemos retorno, conseguimos montar uma tabela com as informações mencionadas. Em seguida, questionamos cada empresa se ela possuía algum tipo de adequação tecnológica para economia ou reuso de recursos, como por exemplo o reuso de água, aproveitamento de iluminação natural, captação de luz solar por células fotovoltaicas etc. Deste modo, separamos uma amostra de empresas que possuíam algum tipo de tecnologia de economia de recursos para uma visita técnica na próxima etapa do trabalho. No início da etapa de visita técnica a empresas de nossa amostra, fomos forçados a interromper o agendamento de visitas em função da pandemia de COVID-19 e o subsequente isolamento social. Reestruturamos o projeto inicial de nosso trabalho para estudarmos correlações entre características das empresas de nossa amostra com a instalação de aparelhos de climatização de ambiente (ar-condicionado). Nosso novo objetivo era verificar a quantidade de empresas que utilizam esse tipo de controle de ambiente e estimar sua distribuição geográfica. Resultados preliminares apontaram que mais da metade das empresas tem instalações de climatização em ambientes permanência de colaboradores. Observamos que o número de funcionários tem uma correlação com o ano de início de operações da empresa, de modo que quanto mais nova a empresa, menor o número de seus funcionários. Neste sentido também pudemos verificar que quanto menor o número de funcionários, maior a presença de instalações climatizadas. Estes resultados estão sendo compilados na forma de histogramas de empresas em função do número de funcionários e ano de operação. Destes histogramas, estimamos um ajuste de densidade de Kernel e estamos sobrepondo nossos dados em imagens geográficas da região, com o uso do Google Maps, para obtermos mapas que mostrem a distribuição de empresas com adequações para climatização de ambiente. Como efeito colateral de nosso estudo, entre a tomada inicial de dados (pré-isolamento)

e agendamento de visitas técnicas (pós-isolamento) foi observado um aumento na instalação de aparelhos de ar-condicionado em empresas tanto de Cotia quanto Barueri. Isso nos leva a supor se as medidas preventivas de higienização em ambientes fechados estão forçando as empresas a climatizarem suas dependências para assegurar um controle da qualidade do ar e permitir o retorno de atividades presenciais suspensas pela pandemia. Estamos atualmente na preparação de nosso relatório final de iniciação científica, onde apresentaremos mais detalhes e análises sobre a amostra e correlações.

Palavras-Chave: Energia elétrica; Consumo; Climatização.